

Icatu
SEGUROS

VANGUARDA COMPANHIA DE SEGUROS GERAIS

CNPJ/MF nº 42.582.049/0001-40

www.icatuseguros.com.br

Praça 22 de abril, 36
Cep 20021-370 Rio de Janeiro - RJ
Tel. (21) 3824 3900

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Apresentamos aos nossos acionistas o Relatório da Administração, as Demonstrações Financeiras e o Parecer dos Auditores Independentes da Vanguarda Companhia de Seguros Gerais, relativos aos semestres findos em 31 de dezembro de 2012 e de 2011. Aproveitamos a oportunidade para reiterar nossos agradecimentos à Superintendência de Seguros Privados - SUSEP e ao IRB-Brasil Resseguros S.A. pelo apoio e orientação recebidos e aos nossos corretores e segurados. Rio de Janeiro, 26/02/2013. A Administração.

BALANÇOS PATRIMONIAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012 E DE 2011 (Em milhares de reais)

ATIVO	2012		2011	
	2012	2011	2012	2011
CIRCULANTE	31.894	28.007	25.450	21.612
Disponível.....	777	396	641	171
Caixa e Bancos.....	777	396	251	151
Aplicações (Nota 5.1).....	30.137	26.970	-	2
Títulos de Renda Fixa - Privados.....	45	42	390	18
Quotas de Fundos de Investimento.....	30.092	26.928	83	77
Créditos das Operações com Seguros e Resseguros	3	3	83	77
Operações com Resseguradoras.....	3	3	83	77
Outros Créditos Operacionais	514	506	24.716	21.355
Títulos e Créditos a Receber.....	426	132	24.716	21.355
Créditos Tributários e Previdenciários (Nota 6).....	426	132	-	-
Despesas Antecipadas	37	-	10	9
Administrativas.....	37	-	10	9
ATIVO NÃO CIRCULANTE	1.953	1.286	1.053	692
REALIZÁVEL A LONGO PRAZO	1.738	1.078	1.046	683
Aplicações (Nota 5.1).....	616	567	1.046	683
Títulos de Renda Fixa - Públicos.....	616	567	-	-
Títulos e Créditos a Receber	1.122	511	7	9
Créditos Tributários e Previdenciários (Nota 6).....	18	18	7	9
Depósitos Judiciais e Fiscais (Nota 11.3).....	1.104	493	-	-
Investimentos (Nota 7)	131	131	7.344	6.989
Participações Societárias.....	131	131	3.699	3.699
Imobilizado	64	69	16	16
Bens Móveis.....	56	61	16	16
Outras Imobilizações.....	8	8	3.629	3.274
Intangível	20	8	33.847	29.293
Outros Intangíveis.....	20	8	-	-
TOTAL DO ATIVO	33.847	29.293	33.847	29.293

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012 E DE 2011 (Em milhares de reais)

	Reservas De Capital			Reservas de Lucros			Lucros	
	Capital Social	Reserva de Ágio na Subscrição de Ações	Outras Reservas de Capital	Reserva Legal	Reserva Estatutária	Outras Reservas de Lucros	Acumulados	Total
SALDOS EM 31/12/2010	3.699	1	15	254	2.353	8	-	6.330
Lucro Líquido do Exercício.....	-	-	-	-	-	-	659	659
Destinação do Lucro Líquido:								
Constituição de Reserva Legal.....	-	-	-	33	-	-	(33)	-
Constituição de Reserva Estatutária.....	-	-	-	-	626	-	(626)	-
SALDOS EM 31/12/2011	3.699	1	15	287	2.979	8	-	6.989
Lucro Líquido do Exercício.....	-	-	-	-	-	-	465	465
Destinação do Lucro Líquido:								
Constituição de Reserva Legal.....	-	-	-	24	-	-	(24)	-
Dividendos mínimos obrigatórios.....	-	-	-	-	-	-	(110)	(110)
Constituição de Reserva Estatutária.....	-	-	-	-	331	-	(331)	-
SALDOS EM 31/12/2012	3.699	1	15	311	3.310	8	-	7.344

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012 E DE 2011 (Em milhares de reais)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Vanguarda Companhia de Seguros Gerais ("Companhia") é uma sociedade anônima de capital fechado, com sede na Praça 22 de Abril, 36, Centro, Rio de Janeiro - RJ, autorizada a operar em todas as Unidades da Federação com seguros do ramo de seguros de pessoas, na instituição de planos de previdência privada aberta, bem como em seguro obrigatório de danos pessoais causados por veículos automotores de via terrestre - DPVAT, podendo ainda participar como sócia ou acionista de outras sociedades. A Companhia não comercializa seguros de pessoas e planos de previdência privada em 2012 e em 2011. A Companhia tem como único acionista a Icatu Seguros S.A., que tomou-se detentora das ações da Companhia em 29/10/2012, após processo de cisão parcial da empresa Icatu Capitalização S.A., sua antiga acionista. No processo de cisão parcial da Icatu Capitalização S.A., foi transferida a participação na Companhia no valor de R\$ 7.525.

2. ELABORAÇÃO E APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

2.1 Base de Preparação: As demonstrações financeiras são de responsabilidade da Administração da Companhia e estão apresentadas em consonância com a Circular SUSEP nº 430/2012, em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às entidades supervisionadas pela Superintendência de Seguros Privados - SUSEP, conjugadas com as normas emitidas pelo Conselho Nacional de Seguros Privados - CNSP, e os pronunciamentos, orientações e interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC, quando referendados pela SUSEP. Estas demonstrações financeiras foram autorizadas para emissão pela Diretoria em 26/02/2013. Devido à alteração advinda da Circular SUSEP nº 430/2012, que revogou a Circular SUSEP nº 424/11, a rubrica Outros Créditos Operacionais, no Ativo Circulante, deixou de totalizar na rubrica Créditos das Operações com Seguros e Resseguros. Em virtude desta modificação, foi efetuada reclassificação no balanço patrimonial de 31/12/2011, para fins de comparabilidade. A mesma Circular passou a admitir, opcionalmente, a apresentação dos fluxos de caixa das atividades operacionais, pelo método indireto. Desta forma, a demonstração do fluxo de caixa do exercício de 2011 foi modificada, com o objetivo de propiciar melhor comparabilidade. **2.2 Base de Mensuração:** As demonstrações financeiras foram elaboradas pelo regime de competência. Os registros estão mensurados de acordo com o custo histórico, com exceção dos instrumentos financeiros mensurados pelo valor justo para as categorias "ativos mensurados a valor justo por meio do resultado" e "ativos financeiros disponíveis para venda". **2.3 Moeda Funcional e de Apresentação:** Os itens incluídos nas demonstrações financeiras da Companhia são mensurados usando a moeda do principal ambiente econômico no qual a Companhia atua. As demonstrações financeiras estão apresentadas em Reais (R\$), que é a moeda funcional e de apresentação da Companhia. **2.4 Uso de Estimativas:** A preparação das demonstrações financeiras requer que a Administração da Companhia se baseie em estimativas e julgamentos para o registro de certas transações que afetam os ativos e passivos, receitas e despesas, bem como a divulgação de informações sobre dados das suas demonstrações financeiras. Os resultados finais dessas transações e informações, quando de sua efetiva realização em períodos subsequentes, podem diferir dessas estimativas. As principais estimativas relacionadas às demonstrações financeiras referem-se aos ativos financeiros avaliados pelo valor justo, ao registro dos efeitos decorrentes da provisão para perdas sobre créditos e outros ativos, às provisões técnicas e às provisões judiciais.

3. RESUMO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

As práticas contábeis descritas a seguir foram aplicadas de maneira consistente em todos os períodos apresentados nas demonstrações financeiras. As práticas mais relevantes adotadas são: **3.1 Instrumentos Financeiros:** a) **Caixa e Equivalentes de Caixa:** Caixa e equivalentes de caixa abrangem saldos de caixa, depósitos bancários e investimentos financeiros com vencimento original de três meses ou menos a partir da data da contratação, os quais são sujeitos a um risco insignificante de alteração no valor, e são utilizados na gestão das obrigações de curto prazo. b) **Instrumentos Financeiros não derivativos:** b.1) **Ativos Financeiros** - A Companhia classifica seus ativos financeiros nas seguintes categorias: mensurados ao valor justo por meio do resultado, disponíveis para venda, mantidos até o vencimento e empréstimos e recebíveis. A classificação depende da finalidade para a qual os ativos financeiros foram adquiridos. (I) Mensurados a valor justo por meio do resultado -

Representam títulos e valores mobiliários adquiridos com o propósito de serem ativos e frequentemente negociados. São contabilizados pelo custo de aquisição, acrescido dos rendimentos auferidos até a data do balanço, ajustado ao seu respectivo valor justo e classificados no ativo circulante. Os rendimentos e os ganhos ou as perdas para apresentação ao valor justo são contabilizados no resultado; (II) Disponíveis para venda - Representam títulos e valores mobiliários que não se enquadram nas classificações de "títulos para negociação" e "títulos mantidos até o vencimento". São contabilizados pelo custo de aquisição, acrescido dos rendimentos auferidos, os quais são apropriados ao resultado e ajustados aos seus respectivos valores justos, classificados no ativo circulante e não circulante de acordo com os seus vencimentos. Os ganhos e as perdas decorrentes das variações dos valores justos não realizados são reconhecidos na rubrica "Ajustes de Avaliação Patrimonial" no patrimônio líquido, líquidos dos correspondentes efeitos tributários e quando realizadas, são apropriadas ao resultado, em contrapartida da referida conta no patrimônio líquido; (III) Mantidos até o vencimento - Representam títulos e valores mobiliários para os quais a Companhia tem intenção e capacidade de manter em carteira até o vencimento. São contabilizados pelo valor de custo acrescido dos rendimentos auferidos no período que são reconhecidos no resultado; e (IV) Empréstimos e recebíveis - São ativos financeiros com pagamentos determináveis, que não são cotados em mercados ativos. Tais valores compreendem substancialmente aos Créditos das Operações com Seguros, Resseguros e Previdência e demais contas a receber. Após seu reconhecimento inicial, esses ativos financeiros são mensurados pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos, decrescidos de qualquer perda por redução ao valor recuperável. c) **Redução ao Valor Recuperável:** c.1) **Ativos Financeiros** - Os ativos financeiros (incluindo recebíveis) não mensurados pelo valor justo por meio do resultado são avaliados regularmente, para apurar se há evidência objetiva de que tenha ocorrido perda no seu valor recuperável. c.2) **Ativos não Financeiros** - Os valores contábeis dos ativos não financeiros são revisados sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Uma perda por redução ao valor recuperável é reconhecida se o valor contábil do ativo exceder seu valor recuperável. O valor recuperável de um ativo é o maior entre o valor justo de um ativo menos os custos de venda e o seu valor em uso, determinado pelo valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados em decorrência do uso do ativo. **3.2 Investimentos:** A participação acionária na Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S.A. é contabilizada ao custo de aquisição. A participação em outro investimento permanente está avaliada pelo método da equivalência patrimonial. O resultado de equivalência patrimonial está apresentado nas demonstrações do resultado sob a rubrica "Resultado Patrimonial". **3.3 Imobilizado:** O imobilizado está contabilizado ao custo e a depreciação é calculada pelo método linear, com base na vida útil estimada dos bens, sendo: equipamentos, móveis, máquinas e utensílios - 10% a.a.; veículos e benfeitorias em imóveis de terceiros - 20% a.a.. Adicionalmente, é demonstrado deduzido por perdas ao valor recuperável acumulado, quando aplicável. Os ganhos e as perdas nas alienações são determinados pela comparação do valor de venda com o valor contábil líquido e são reconhecidos em "Ganhos e Perdas com Ativos Não Correntes", na demonstração do resultado. **3.4 Intangível:** O intangível está contabilizado ao custo e é constituído, basicamente, de gastos com aquisição e desenvolvimento de softwares para uso interno. As amortizações são calculadas pelo método linear, considerando o prazo de vida útil de 5 anos, à taxa de 20% a.a.. O intangível deve ser avaliado a cada data de divulgação sobre o valor do ativo e a vida útil estimada. **3.5 Receitas de Prêmios e Provisões Técnicas:** 3.5.1 **DPVAT:** A receita de prêmios de DPVAT e as respectivas provisões técnicas são contabilizadas brutas, com base nos relatórios recebidos da Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S.A. ("Seguradora Líder") na proporção do percentual de participação da Companhia. Compete à Seguradora Líder as funções de recolher os prêmios, coordenar a emissão dos bilhetes, liquidar os sinistros e pagar as despesas de administração com os recursos dos consórcios, de acordo com a Resolução CNSP nº 154/06, alterada pelas Resoluções CNSP nº 196/08 e 242/11. Conforme definido em instrumentos dos consórcios, 50% do resultado mensal são retidos pela Seguradora Líder ao longo do período e repassados líquidos aos participantes do consórcio no início do exercício social seguinte. Os outros 50% dos resultados a distribuir são repassados líquidos no mês subsequente ao da apuração mensal. **3.6 Provisões Judiciais:** O reconhecimento, a mensuração

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012 E DE 2011 (Em milhares de reais, exceto o lucro líquido por ação)

	2012	2011
RESULTADO COM OPERAÇÕES DE SEGUROS	2.848	2.936
Prêmios Emitidos.....	24.989	24.315
Variação das Provisões Técnicas.....	(282)	(27)
Prêmios Ganhos	24.707	24.288
Sinistros Ocorridos (Nota 15).....	(21.722)	(21.147)
Custos de Aquisição (Nota 15).....	(363)	(354)
Outras Receitas (Despesas) Operacionais (Nota 15).....	226	149
RESULTADO COM OPERAÇÕES DE PREVIDÊNCIA	1	7
Variação de Outras Provisões Técnicas.....	1	7
Despesas Administrativas (Nota 15).....	(1.612)	(1.813)
Despesas com Tributos (Nota 15).....	(763)	(631)
Resultado Financeiro (Nota 15).....	478	671
Resultado Patrimonial.....	3	3
RESULTADO OPERACIONAL	955	1.173
Ganhos ou Perdas com Ativos Não Correntes.....	-	10
RESULTADO ANTES DE IMPOSTOS E PARTICIPAÇÕES	955	1.183
Imposto de Renda (Nota 16).....	(279)	(299)
Contribuição Social (Nota 16).....	(211)	(218)
Participações sobre o Lucro.....	-	(7)
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	465	659
Quantidade de Ações.....	3.316.721	3.316.721
Lucro Líquido por Ação - R\$.....	0,14	0,20

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012 E DE 2011 (Em milhares de reais)

	2012	2011
ATIVIDADES OPERACIONAIS		
Lucro líquido do exercício.....	465	659
Ajustes para:		
Depreciação e amortizações.....	18	23
Variação nas contas patrimoniais:		
Ativos financeiros.....	(3.216)	(3.609)
Créditos das operações de seguros e resseguros.....	-	(3)
Créditos fiscais e Previdenciários.....	98	1.232
Despesas antecipadas.....	(37)	-
Outros ativos.....	(8)	(155)
Depósitos judiciais e fiscais.....	(611)	(93)
Fornecedores e outras contas a pagar.....	462	295
Impostos e contribuições.....	370	(716)
Débitos de operações com seguros e resseguros.....	6	14
Provisões técnicas - Seguros.....	3.361	2.630
Provisões técnicas - Previdência complementar.....	(1)	(6)
Caixa Gerado pelas Operações	907	271
Dividendos recebidos.....	-	11
Impostos sobre o lucro pagos.....	(392)	(509)
Caixa Líquido Gerado (Consumido) nas Atividades Operacionais	515	(227)
ATIVIDADES DE INVESTIMENTO		
Aquisição de imobilizado.....	(1)	(28)
Aquisição de intangível.....	(23)	(9)
Aquisição de investimentos.....	-	(2)
Caixa Líquido Consumido nas Atividades de Investimento	(24)	(39)
ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO		
Dividendos e juros sobre o capital próprio pagos.....	(110)	-
Caixa Líquido Consumido nas Atividades de Financiamento	(110)	-
Aumento (Redução) de caixa e equivalentes de caixa	381	(266)
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	396	662
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	777	396

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS ABRANGENTES PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012 E DE 2011 (Em milhares de reais)

	2012	2011
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	465	659
OUTROS RESULTADOS ABRANGENTES	-	-
TOTAL DO RESULTADO ABRANGENTE DO EXERCÍCIO	465	659

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

e a divulgação dos ativos e passivos contingentes e objeto de discussão judicial são realizados de acordo com as regras estabelecidas pelo CPC25 - "Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes" e levam em consideração a avaliação dos assessores jurídicos da Companhia em relação às probabilidades de desfecho desfavorável no julgamento final dos processos judiciais. As provisões constituídas para fazer face às perdas decorrentes de ações judiciais de natureza cível, trabalhista e fiscal, objeto de contestação judicial, são contabilizadas com base nas opiniões do departamento jurídico interno, dos consultores legais independentes e da Administração sobre o provável desfecho dos processos pendentes nas datas dos balanços. A Companhia adotou o critério de provisionar a totalidade das provisões de natureza cível, trabalhista e fiscal cuja probabilidade de perda é considerada provável. As mesmas encontram-se contabilizadas na rubrica "Provisões Judiciais", no Passivo não Circulante. As obrigações fiscais e previdenciárias estão contabilizadas na rubrica "Outras Contas a Pagar", no passivo não circulante, atualizados monetariamente pela SELIC. Os valores estimados de perda prováveis das contingências cíveis e trabalhistas são corrigidos conforme critérios de atualização monetária e juros que historicamente são imputados às causas, considerando-se sua natureza, tribunal e região nos quais a causa está sendo avaliada. Os correspondentes depósitos judiciais, quando exigidos, estão contabilizados na rubrica "Depósitos Judiciais e Fiscais", no ativo não circulante, e são corrigidos monetariamente pela SELIC para os depósitos judiciais fiscais e pela TR para os depósitos judiciais trabalhistas e cíveis. **3.7 Impostos e Contribuições:** 3.7.1 **Impostos Correntes:** A provisão para imposto de renda foi constituída à alíquota de 15%, acrescida de adicional de 10% sobre o montante que exceder R\$ 240 no ano, e a provisão para contribuição social à alíquota de 15%. 3.7.2 **Impostos Diferidos:** Os impostos diferidos são constituídos mediante a aplicação das alíquotas do imposto de renda e contribuição social, vigentes na data de encerramento do balanço, sobre as diferenças temporárias, prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, ajustadas pelo valor da provisão para não realização, quando aplicável.

4. GESTÃO DE RISCO

O processo de avaliação de riscos se baseia em identificar e considerar as implicações e relevância dos riscos envolvidos no âmbito da Companhia, ou seja, nos seus negócios e nos processos que lhe dão suporte. A Companhia considera fatores externos e internos que possam afetar o cumprimento adequado dos seus objetivos. **Responsabilidades pela Gestão de Riscos:** A Gestão de Riscos tem o suporte dos Diretores Executivos e do Conselho de Administração, com o apoio e avaliação de diversas áreas, dentre as quais as de Compliance e Controles Internos, assegurando o equilíbrio, a transparência e a integridade das informações publicadas. Os responsáveis pelo gerenciamento de riscos têm a atribuição de, periodicamente, rever as estratégias dos negócios para entender e administrar os riscos relevantes, fixando níveis aceitáveis para tais riscos. **4.1 Sistema de Controles Internos e Gestão de Riscos:** A formulação e revisão das políticas de controles internos tem por objetivo a melhoria contínua dos processos e controles na redução dos riscos levantados e controlados pelas áreas da Companhia. A fundamentação para definição de componentes e ações essenciais a um processo organizado de gestão de riscos, que culmine na consolidação de um Sistema de Controles Internos, leva em consideração modelos de gerenciamento originados pelos

Icatu
SEGUROS

VANGUARDA COMPANHIA DE SEGUROS GERAIS

CNPJ/MF nº 42.582.049/0001-40

www.icatusseguros.com.br

Praça 22 de abril, 36
Cep 20021-370 - Rio de Janeiro - RJ
Tel (21) 3824 3900

pronunciamentos emitidos pelo COSO - *Committee of Sponsoring Organizations of the Treadway Commission*. O Sistema de Controles Internos e Gestão de Riscos Corporativos é baseado nesta metodologia, que concebe o Sistema de Controles Internos como resultado de ações estruturadas, inter-relacionadas que constituem a base para uma estrutura integrada de riscos (ERM - *Enterprise Risk Management*).

4.1.1 Gerenciamento, acompanhamento e mensuração dos riscos - O processo de gerenciamento permite que os riscos sejam pró-ativamente identificados, mensurados, reduzidos, acompanhados e reportados, sendo constituído pelas seguintes etapas: Identificação - Consiste em identificar os riscos inerentes às atividades da Companhia, contemplando a avaliação dos produtos, serviços, processos e objetivos. Mensuração - Consiste em obter informações que permitam a mensuração de acordo com os níveis de exposição (alto, médio e baixo) baseado na ponderação entre o impacto x frequência por evento. Redução - Representa as medidas tomadas pela Companhia para redução de riscos através de ações que minimizem o impacto no caso de ocorrências adversas. Contempla também a verificação da efetividade dos controles internos. Acompanhamento - A Companhia acompanha a efetividade dos controles internos através de testes que garantam a eficácia destes na redução dos riscos a que a Companhia está exposta. Comunicação - Contempla todas as atividades voltadas à divulgação de informações sobre riscos e controles comunicados tempestivamente e permeados por toda a Companhia. A gestão dos riscos é formalizada e consolidada através da Matriz de Riscos e Controles que tem como objetivo fornecer uma visão dos riscos aos quais as atividades e negócios da Companhia estão sujeitos e os controles adotados para controlar tais riscos e através dos registros de eventos e exceções autorizadas, como se segue: **Matrizes de riscos:** Permitem à Companhia identificar, avaliar, tratar, controlar, consolidar e monitorar os riscos aos quais as atividades e negócios estão sujeitos. Tais matrizes são periodicamente revisadas, visando sua constante atualização. Nessas matrizes os riscos são identificados e listados por área, juntamente aos controles envolvendo cada evento. Cada risco e controle trazem informações qualitativas permitindo, desta forma, a classificação de cada processo de acordo com os níveis de exposição (alto, baixo ou médio), informando ainda o tipo de risco. **Registros de eventos:** Considerados riscos efetivamente materializados e que podem resultar em perdas ou não. Riscos de menor nível de exposição podem ser autorizados através de Relatórios de Compliance ou em Estudo de Risco relativo a negócios específicos, desde que atendam às necessidades de flexibilização de padrões ou regras de negócios, porém devem acontecer dentro de parâmetros previamente definidos, com políticas internas e devidamente autorizada por quem tenha poderes ou alçada. O registro dos eventos serve para acompanhar a conformidade dos processos e exposição aos riscos a que as atividades cotidianas estão sujeitas, ou mesmo nos quais venham a incorrer, para estabelecer e praticar controles internos e planos de ação que reduzam os respectivos riscos e corrijam as deficiências. Estes procedimentos visam também à documentação e armazenamento de tais informações para formação de banco de dados sobre perdas operacionais. Tais informações permitirão a Companhia adotar abordagens e métodos mais eficazes na gestão do referido risco. No entanto, eventuais perdas constatadas ao longo do processo podem ser observadas e após devidamente registradas, são comunicadas à Área de Compliance e Controles Internos da Companhia.

4.2 Descrição dos riscos nas operações: O Gerenciamento de Riscos Corporativos abrange as seguintes categorias de risco: Crédito, Mercado, Liquidez (que estão relacionados diretamente a instrumentos financeiros), Subscrição, Operacional, Estratégico, Legal e Compliance. (a) **Risco de Crédito** - O risco de crédito pode ocorrer na possibilidade da Seguradora não receber os valores decorrentes dos créditos detidos juntos aos segurados, seguradoras e resseguradoras, das apólices emitidas e quanto aos créditos detidos juntos às instituições financeiras decorrentes das aplicações financeiras. Quanto à exposição ao risco de crédito relativo às aplicações financeiras, os limites são estabelecidos através da Política de Investimentos da Companhia. É o risco de não recebimento dos valores decorrentes das aplicações financeiras em créditos detidos junto a Governos, às instituições financeiras e outros emissores privados. Em relação a emissões de empresas financeiras, não financeiras ou quotas de fundos de investimento, é adotada metodologia baseada na análise de aspectos quantitativos e qualitativos das empresas e fundos. Um dos itens que integram essas análises é o *rating* atribuído por agências externas para classificação do risco das empresas e fundos de investimento. A classificação do risco de crédito por agências externas de *rating* é um sistema de mensuração baseado em pontuação e enquadramento dos riscos em classes previamente definidas. A essas classes são atribuídas notas que refletem diferentes graus de risco, de acordo com uma escala predeterminada, que é parte integrante do modelo de avaliação. No sistema utilizado, AAA é a classificação de menor risco. Com base na análise de *ratings* e avaliações qualitativas, que podem englobar avaliação sobre aspectos como características da emissão, setores de atuação e ambiente de investimento, estrutura societária, país de origem ou sede, restrições e desdobramentos normativos, são estabelecidos os limites de crédito. Limites esses utilizados para restringir as exposições máximas por modalidade de ativo e concentração - sujeitas ainda a preceitos normativos. O volume das aplicações em créditos privados, classificados no nível 2, com exceção das cotas de fundos não exclusivos, estava assim distribuído na data base, de acordo com a classificação das agências externas de *Rating Standard and Poor's*, *Fitch* e *Moody's*:

RATING	2012	2011
AAA	45	42

5.1 Composição das Aplicações Financeiras

Descrição	2012			2011		
	Valor Contábil	Valor de Mercado	%	Valor Contábil	Valor de Mercado	%
Quotas de Fundos de Investimentos - Não Exclusivos	30.092	30.092	97,85%	26.928	26.928	97,79%
Certificados de Depósitos Bancários a Prazo - CDB	45	45	0,15%	42	42	0,15%
Categoria I - Títulos mensurados ao valor justo por meio de resultado	30.137	30.137	98,00%	26.970	26.970	97,94%
Total no Circulante	30.137	30.137	98,00%	26.970	26.970	97,94%
Letras Financeiras do Tesouro	616	616	2,00%	567	567	2,06%
Categoria II - Títulos disponíveis para venda	616	616	2,00%	567	567	2,06%
Total no Não Circulante	616	616	2,00%	567	567	2,06%

(b) **Risco de Mercado** - É o risco do valor de um instrumento financeiro ou de uma carteira de instrumentos financeiros se alterar em virtude da volatilidade das variáveis exógenas existentes no mercado, causadas por fatores adversos. Fundamentalmente: taxas de juros, índices de preços (inflação) e renda variável, onde para cada um destes associa-se um risco específico.

Risco nas taxas de juros - É o risco dos instrumentos financeiros oscilarem devido a mudanças nas taxas de juros de mercado. A principal metodologia empregada pela Companhia para o gerenciamento do risco de mercado baseia-se no cálculo do VaR (*Value at Risk*) paramétrico. Além do cálculo do VaR, são realizados testes de stress para verificar a perda esperada em cenários extremos. O risco de mercado é acompanhado por meio de relatórios de periodicidade mínima mensal, com informações sobre o VaR e nível de stress da carteira, ambas analisadas sobre as posições globais de investimentos. O conceito de VaR tem como objetivo quantificar, com base em dados históricos, qual a perda esperada em um prazo específico dentro de um intervalo estatístico de confiança. Além do monitoramento do Risco de Mercado, uma série de análises de sensibilidade são utilizadas como ferramentas de gestão de riscos financeiros. Seus resultados são utilizados para mitigação de riscos e para o entendimento do impacto sobre os resultados e sobre o patrimônio líquido em condições normais e em condições atípicas. Esses testes levam em consideração cenários históricos e de condições de mercado previstas para períodos futuros e têm seus resultados utilizados no processo de planejamento e decisão e também para identificação de riscos específicos originados nos ativos e passivos financeiros detidos pela Companhia. **Risco nos índices de preços (inflação)** - A Companhia possui parte dos passivos não judiciais dos negócios de seguros, além de causas judiciais que por determinação legal estão sujeitas à atualização e produtos com garantias indexadas à inflação. Desta forma, para fazer frente a esse risco, são realizados investimentos em títulos indexados a índices inflacionários. **Risco de Renda Variável** - É o risco de perda no valor dos ativos financeiros ocasionada pela oscilação do preço das ações negociadas no mercado. A Companhia não detém participação em renda variável na sua carteira de ativos. **b.1) Análise de Sensibilidade das Aplicações Financeiras:** A Análise de Sensibilidade das Aplicações Financeiras foi elaborada levando em consideração: (i) O *Value at Risk* (VaR) paramétrico que é a perda máxima esperada da carteira, a um nível de confiança, dentro de um horizonte de tempo determinado. Para este caso utilizamos a janela de um dia com nível de confiança de 95%. A volatilidade foi calculada utilizando o modelo de Médias Móveis Exponencialmente Ponderadas (EWMA, em inglês) com uma janela de 300 dias e lambda de 0,94. (ii) DV01 (*dollar-value for one basis-point*) é uma métrica de risco amplamente utilizada pelo mercado de renda fixa como medida de sensibilidade do preço de um título de renda fixa em relação à variação nas taxas de juros a qual sua remuneração está associada. Consiste em variar a taxa de juros em um *basis-point*, ou 0,01%, e verificar o quanto o valor justo do título se altera. No quadro abaixo apresentamos: - A perda esperada em um dia com 95% de confiança através da metodologia VaR paramétrico. - A perda com a oscilação de um *basis-point* (0,01%) na taxa de juros pela metodologia DV01.

Fatores de Riscos (Em Reais)	2012		2011	
	DIV-01	VAR Exposição	DIV-01	VAR Exposição
Préfixado - DI	677	558	770	92
Total		558		92

(c) **Risco de Liquidez** - está relacionado à eventual indisponibilidade de recursos de caixa para fazer frente a obrigações atuais e futuras, previstas ou não, assim como novas exigências de garantias, sem afetar suas operações ou sua posição financeira. A gestão do risco de liquidez, no âmbito dos ativos financeiros, tem como principal objetivo monitorar os prazos de liquidação dos instrumentos financeiros da carteira de investimentos da Companhia. O risco de liquidez de caixa de curto prazo é controlado utilizando o Modelo de *Miller-Orr*. A liquidez de longo prazo é monitorada através do gerenciamento de ativos e passivos (*ALM - Assets and Liabilities Management*) definido na Política de Investimentos e aprovado em Comitê de Investimentos interno. (d) **Risco Operacional** - É definido como a possibilidade de perdas resultantes de falha, deficiência ou inadequação de processos internos, pessoas e sistemas ou de eventos externos. Inclui o risco associado à inadequação ou deficiência em contratos firmados, bem como as indenizações por danos a terceiros decorrentes das atividades desenvolvidas pela Companhia. (e) **Risco de Subscrição** - É o risco de uma situação econômica adversa que contraria a expectativa da Companhia no momento da elaboração de uma política de subscrição no que se refere às incertezas inerentes às premissas atuariais e financeiras ou na constituição das provisões técnicas. (f) **Risco Estratégico** - É o risco de perda resultante de processos ou tomadas de decisões que impactem a sustentabilidade, o crescimento ou a obtenção de vantagem competitiva. Pode ser: risco de planejamento, custo de oportunidade, indicadores de metas, comunicação (falta de transparência e clareza nas informações dos negócios da Companhia), concorrência e preço. (g) **Risco Legal e Compliance** - É o risco de perda resultante do não cumprimento das leis e/ou regulamentações, perda de reputação e má formalização de operações. Pode ser: risco com órgãos reguladores, risco de operações em desacordo com as políticas e procedimentos internos, risco de lavagem de dinheiro, riscos de contratos e riscos de fraudes.

5. APLICAÇÕES FINANCEIRAS

As exposições máximas ao risco de crédito, bem como os riscos de mercado e de liquidez a que os ativos financeiros da Companhia estão expostos, estão demonstrados na nota 4.2. As composições dos ativos financeiros detidos pela Companhia estão demonstradas a seguir:

Descrição	2012			2011		
	Valor Contábil	Valor de Mercado	%	Valor Contábil	Valor de Mercado	%
Quotas de Fundos de Investimentos - Não Exclusivos	30.092	30.092	97,85%	26.928	26.928	97,79%
Certificados de Depósitos Bancários a Prazo - CDB	45	45	0,15%	42	42	0,15%
Categoria I - Títulos mensurados ao valor justo por meio de resultado	30.137	30.137	98,00%	26.970	26.970	97,94%
Total no Circulante	30.137	30.137	98,00%	26.970	26.970	97,94%
Letras Financeiras do Tesouro	616	616	2,00%	567	567	2,06%
Categoria II - Títulos disponíveis para venda	616	616	2,00%	567	567	2,06%
Total no Não Circulante	616	616	2,00%	567	567	2,06%

As cotas de fundos de investimento estão valorizadas pelos valores das cotas publicamente divulgadas pelas instituições financeiras administradoras dos respectivos fundos. Os vencimentos das aplicações financeiras dos títulos e valores mobiliários, com exceção das cotas de fundos, estão distribuídos da seguinte forma:

	2012		2011	
	Valor Contábil	Valor de Mercado	Valor Contábil	Valor de Mercado
Até 1 ano	45	45	-	-
De 1 a 5 anos	-	-	609	609
Acima de 5 anos	616	616	-	-
Total	661	661	609	609

5.2 Movimentação das Aplicações

	Títulos mensurados ao valor justo por meio de resultado		Disponível para venda		Total
	2012	2011	2012	2011	
Saldo em 31/12/2010	23.420	508	574	23.928	
Aplicação	5.534	40	(39)	(4.887)	
Resgate	(4.848)	(39)	58	2.922	
Rentabilidade	2.864	58	-	-	
Saldo em 31/12/2011	26.970	567	567	27.537	
Aplicação	8.877	-	-	8.877	
Resgate	(8.237)	-	-	(8.237)	
Rentabilidade	2.527	49	-	2.576	
Saldo em 31/12/2012	30.137	616	616	30.753	

5.3 Critérios Adotados na Determinação do Valor Justo: Os ativos mantidos em carteira administrada própria são avaliados a valor justo, utilizando-se preços negociados em mercados ativos e índices divulgados pela Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiros e de Capitais - ANBIMA e pela BM&FBOVESPA. Os ativos foram classificados por níveis de hierarquia de mensuração a valor justo, sendo: • Nível 1: preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos; • Nível 2: inputs, exceto preços cotados, incluídas no Nível 1 que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços); • Nível 3: premissas, para o ativo ou passivo, que não são baseadas em dados observáveis de mercado (inputs não observáveis). Segue-se a composição das aplicações financeiras classificadas por níveis de hierarquia de mensuração a valor justo:

	2012		2011	
	Nível 2	Nível 2	Nível 2	Nível 2
Letras Financeiras do Tesouro	616	567	-	-
Certificados de Depósitos Bancários a Prazo - CDB	45	42	-	-
Fundos de Investimento Não Exclusivos	30.092	26.928	-	-
Total	30.753	27.537		

6. CRÉDITOS TRIBUTÁRIOS E PREVIDENCIÁRIOS

Os créditos tributários e previdenciários são compostos da seguinte forma:

	Circulante		Não Circulante	
	2012	2011	2012	2011
Imposto de Renda Diferido	-	-	129	93
Diferenças Temporárias	-	-	129	93
Contribuição Social Diferida	-	-	77	67
Diferenças Temporárias	-	-	77	67
Provisão Risco S/Créditos	-	-	(188)	(142)
Provisão para Sinistros de Créditos	-	-	(188)	(142)
Impostos a Recuperar	426	132	-	-
Imposto de Renda	310	61	-	-
Contribuição Social	116	69	-	-
Outros	-	2	-	-
Total	426	132	18	18

7. INVESTIMENTOS

O saldo apresentado em 31/12/2012 e 31/12/2011 corresponde à participação que a Companhia possui na Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S.A., no montante de R\$ 129, contabilizado ao custo de aquisição, e na Icatu Serviços de Adm. Previdenciária Ltda., no montante de R\$ 2, contabilizado pelo método de equivalência patrimonial.

8. PROVISÕES TÉCNICAS - SEGUROS

As provisões técnicas estão demonstradas a seguir:

	2012		2011	
	Pessoas (*)	Pessoas (*)	Pessoas (*)	Pessoas (*)
Provisões Técnicas Circulante	12.875	14.297	11.510	7.000
Sinistros a Liquidar	12.875	14.297	11.510	7.000
Provisão de Sinistros Ocorridos mas não Avisados	11.510	7.000	-	-
Provisão para Despesas Administrativas	331	58	-	-
Total	24.716	21.355		

(*) DPVAT

As movimentações das provisões técnicas estão demonstradas a seguir:

	Capita- lização		Consti- tuição		Rever- são	
	2011	2012	2011	2012	2011	2012
Sinistros a liquidar administrativo	2.786	233	952	(2.165)	1.806	1.806
Sinistros a liquidar judicial	11.511	991	992	(2.385)	11.069	11.069
Total	14.297	1.184	1.944	(4.550)	12.875	12.875
Provisão de Sinistros Ocorridos mas não avisados	7.000	881	7.467	(3.838)	11.510	11.510
Provisão para Despesas Administrativas	58	21	461	(209)	331	331
Total	21.355	2.086	9.872	(8.597)	24.716	24.716

9. PROVISÕES TÉCNICAS - PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR

As provisões técnicas de previdência complementar apresentaram a seguinte movimentação:

	Saldos em 2011		Consti- tuições		Amorti- zações		Saldos em 2012	
	2011	2012	2011	2012	2011	2012	2011	2012
Provisões Técnicas Circulante	5	-	-	-	-	-	5	5
Benefícios a Regularizar	5	-	-	-	-	-	5	5
Resgates e Outros Valores a Regularizar	4	1	-	-	-	-	5	5
Total	9	1	-	-	-	-	10	10
Não Circulante	8	-	-	-	(1)	-	7	7
Benefícios a Conceder	8	-	-	-	(1)	-	7	7
Insuficiência de Contribuição	1	-	-	-	-	-	1	1
Total	9	-	-	-	(2)	-	7	7

Icatu
SEGUROS

VANGUARDA COMPANHIA DE SEGUROS GERAIS

CNPJ/MF nº 42.582.049/0001-40

www.icatuseguros.com.br

Praça 22 de abril, 36
Cep 20021-370 Rio de Janeiro - RJ
Tel (21) 3824 3900

	Saldos em 2010	Consti- tuições	Amorti- zações	Saldos em 2011
Provisões Técnicas Circulante				
Benefícios a Regularizar.....	5	-	-	5
Resgates e Outros Valores a Regularizar.....	8	-	(4)	4
	13	-	(4)	9
Provisões Técnicas Não Circulante				
Benefícios a Conceder.....	10	-	(2)	8
Insuficiência de Contribuição.....	1	-	-	1
	11	-	(2)	9

10. GARANTIA DAS PROVISÕES TÉCNICAS

Os ativos garantidores das provisões técnicas são compostos por:

	2012	2011
Provisões Técnicas - Total a ser coberto	24.733	21.373
Ativos Vinculados a Cobertura de Reserva		
Letras Financeiras do Tesouro.....	17	18
Quotas de Fundos de Investimento - Não Exclusivos ..	24.725	21.363
Total	24.742	21.381
Ativos não Vinculados a Cobertura de Reserva	6.011	6.156
Total de Aplicações	30.753	27.537

11. PROVISÕES JUDICIAIS, DEPÓSITOS JUDICIAIS E FISCAIS E OBRIGAÇÕES FISCAIS

11.1 Provisões Judiciais: A Companhia possui processos judiciais que se encontram em diversas instâncias, referentes a causas fiscais e cíveis. A Companhia adota o procedimento de provisionar a totalidade das contingências cuja probabilidade de perda foi considerada provável. Apresentamos a seguir as quantidades de ações judiciais, segregadas segundo sua probabilidade de perda e valores estimados:

Probabilidade de Perda	Causas Fiscais					
	2012		2011		2011	
	Quantidade	Valor Estimado	Quantidade	Valor Estimado	Quantidade	Valor Estimado
Possível.....	5	2.556	-	-	3	2.264
Total	5	2.556	-	-	3	2.264
Probabilidade de Perda	Causas Cíveis					
	2012		2011		2011	
	Quantidade	Valor Estimado	Quantidade	Valor Estimado	Quantidade	Valor Estimado
Possível.....	3	115	-	-	2	97
Total	3	115	-	-	2	97

11.2 Obrigações Fiscais: Apresentamos, a seguir, um resumo dos principais questionamentos fiscais, os quais quando oriundos de obrigações legais, estão registrados na rubrica "Outras Contas a Pagar" no passivo não circulante: A Companhia pleiteia no mandado de segurança 200551010115038 a utilização do crédito do PIS e da COFINS, pagos nos termos da Lei nº 9.718/98, para quitar, por compensação, qualquer tributo administrado pela Secretaria da Receita Federal e questiona a incidência do PIS e da COFINS, nos termos da Lei nº 9.718/98. A perda avaliada é possível. Os tributos se tornaram exigíveis após o recebimento de avisos de cobrança da Receita Federal do Brasil e da revogação da decisão judicial favorável que suspendia a exigibilidade dos tributos sem depósito. Em consequência, a Companhia efetuou depósito judicial dos valores vencidos que, atualizados, correspondem a R\$ 601 (R\$ 9 em 2011). Mensalmente, a Companhia apura e efetua o depósito dos valores supostamente devidos. Processo em segunda instância. A Companhia mantém a obrigação fiscal no montante de R\$ 583 (R\$ 425 em 2011), registrada no grupo de contas "Outras contas a pagar", na rubrica "PIS e COFINS Exigibilidade Suspensa" no passivo não circulante, referente ao PIS e COFINS devido sobre as receitas financeiras. No mandado de segurança 200851010280294 a Companhia questiona o aumento da alíquota da CSLL, de 9% para 15%, instituída pela Medida Provisória nº 413/2008, convertida na Lei nº 11.727/2008. O mandado de segurança tem a probabilidade de perda possível e recebe depósitos judiciais mensais referentes à diferença das alíquotas. O total de tais depósitos corresponde ao valor atualizado de R\$ 385 (R\$ 286 em 2011). Processo em segunda instância. A obrigação fiscal que se encontra registrada, corresponde à diferença de alíquota (6%) no total de R\$ 358 (R\$ 258 em 2011) no grupo de contas "Outras contas a pagar", na rubrica "CSLL Majorada" no passivo não circulante. As ações declaratórias nºs 9500389720, 9500452871, 9500525593, 9600103615 propostas pela Companhia questionam a exigência do PIS, incidente sobre as receitas operacionais brutas auferidas pela Companhia no período de junho de 1994 até julho de 1995, agosto a dezembro de 1995, janeiro de 1996 a junho de 1997 e a partir de março de 1998 inclusive, nos termos do artigo 72, inciso V do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição Federal de 1988 (ADCT - CF/88), introduzido pelo artigo 1º da Emenda Constitucional de Reforma nº 1/94 (ECR). Os quatro processos são classificados como de perda provável. Os depósitos judiciais efetuados pela Companhia correspondem ao valor atualizado de R\$ 118

(R\$ 186 em 2011). Matéria em discussão no STF. A Companhia mantém a obrigação fiscal no montante de R\$105 registrada no grupo de contas "Outras contas a pagar", na rubrica "PIS Exigibilidade Suspensa" no passivo não circulante, referente ao PIS devido sobre as receitas financeiras. No mandado de segurança 9200262279 a Companhia questionava as antecipações e atualização pela UFIR dos duodécimos e quotas da CSLL, instituída pela lei nº 7.689/1998, incidente sobre o lucro apurado em 31.12.1991. O mandado de segurança transitou em julgado em 25/06/2010 e deu provimento a Fazenda Nacional. Os depósitos judiciais efetuados pela Companhia correspondem ao valor atualizado de R\$12 em 31/12/2011. Montante revertido para a Fazenda Nacional em 23/01/2012. **11.3 Depósitos Judiciais e Fiscais:** Os depósitos judiciais são compostos como se segue:

	2012	2011
Fiscais.....	1.104	493
Total	1.104	493

12. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

12.1 Capital Social: Em 31/12/2012 e 31/12/2011, o capital subscrito e integralizado é representado por 3.316.721 ações ordinárias nominativas, sem valor nominal. **12.2 Reservas de Lucros:** A reserva legal é constituída ao final do exercício social com a destinação de 5% do lucro líquido do exercício. Será constituída pela Companhia até que o seu valor atinja 20% do capital social em conformidade com o art. 193 da Lei nº 6.404/76. A reserva estatutária é constituída ao final do exercício social por até 100% do lucro líquido do exercício, após as deduções legais e a constituição de reserva legal, estando limitada ao valor do capital social. A reserva de lucros tem como objetivo o reforço do patrimônio líquido da Companhia e sua constituição está sujeita a deliberação da Assembleia Geral. **12.3 Dividendos:** De acordo com o Estatuto Social, são assegurados aos acionistas dividendos mínimos equivalentes a 25% do lucro líquido do exercício, ajustado conforme legislação societária e estatuto social. No pressuposto de sua aprovação, foram constituídos dividendos mínimos a pagar no valor de R\$ 110 à conta de lucros acumulados ajustados pela reserva legal.

13. PATRIMÔNIO LÍQUIDO AJUSTADO, MARGEM DE SOLVÊNCIA E CAPITAL ADICIONAL

	2012	2011
Patrimônio Líquido.....	7.344	6.989
Participação em sociedades financeiras e não financeiras - Nacional.....	(131)	(131)
Despesas Antecipadas.....	(37)	-
Ativos Intangíveis.....	(20)	(8)
Patrimônio Líquido Ajustado (PLA).....	7.156	6.850
A) 0,2 do Prêmio Retido anual médio - últimos 12 meses..	4.998	4.863
B) 0,33 do Sinistro Retido anual médio - últimos 36 meses	6.909	6.485
Margem de Solvência (MS).....	6.909	6.485
Capital Base.....	4.000	4.000
Capital Adicional de Crédito.....	586	298
Capital Mínimo Requerido (CMR).....	4.586	4.298
Exigência de Capital (Max (CMR,MS)) - EC.....	6.909	6.485
Suficiência.....	247	365

Seguindo os critérios determinados pelas Resoluções CNSP nº 55/01 e 222/10 e pela Resolução CNSP nº 228/10, alterada pela Resolução CNSP nº 241/11, constata-se que a Companhia possui capital suficiente para atender os parâmetros mínimos.

14. PARTES RELACIONADAS

As principais transações com partes relacionadas são como se segue:

	Contas a Pagar (Despesas)	Receitas	Dividendos a Pagar
Icatu Seguros S.A.....	(1)	(14)	(110)
Icatu Capitalização S.A.....	-	9	-
Icatu Serviços de Administração Previdenciária Ltda.....	-	2	-
Icatu Vanguarda Administração de Recursos Ltda.....	-	1	-
Saldo em 31/12/2012.....	(1)	(2)	(110)
Icatu Seguros S.A.....	(1)	(28)	-
Icatu Capitalização S.A.....	-	(8)	-
Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT.....	-	-	-
Saldo em 31/12/2011.....	(1)	(36)	-

As operações com partes relacionadas referem-se a reembolsos de custos administrativos - rateio de despesas comuns entre as empresas do grupo Icatu Seguros e são liquidados mensalmente, conforme estabelecido em instrumento particular de convênio assinado entre as partes.

15. DETALHAMENTO DE CONTAS DA DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO

	2012	2011
Sinistros Ocorridos	(21.722)	(20.147)
Indenizações Avisadas de Consórcios e Fundos.....	(16.435)	(16.614)
Variação da Provisão de Sinistros Ocorridos mas não Avisados.....	(1.807)	(1.589)
Despesas com Sinistros.....	(3.480)	(2.932)
Outras Despesas com Sinistros.....	-	(12)
Custo de Aquisição	(363)	(354)
Comissões - DPVAT.....	(363)	(354)
Outras Receitas e Despesas Operacionais	226	149
Despesas com Cobrança DPVAT.....	(1.415)	(1.411)
Recuperação Custo Emissão Apólice.....	1.648	1.564
Despesas c/ Consórcio DPVAT.....	(7)	(4)
Despesas Administrativas	(1.612)	(1.813)
Pessoal Próprio.....	(13)	(25)
Serviços de Terceiros.....	(81)	(47)
Localização e Funcionamento.....	(37)	(37)
Publicidade e Propaganda.....	-	(15)
Convênio DPVAT.....	(1.413)	(1.624)
Outras Despesas Administrativas.....	(68)	(65)
Despesas com Tributos	(763)	(631)
COFINS.....	(436)	(412)
PIS.....	(175)	(67)
Taxa de Fiscalização.....	(148)	(146)
Outros.....	(4)	(6)
Resultado Financeiro	478	671
Receitas Financeiras	2.637	3.048
Quotas de Fundos de Investimento - Não Exclusivos.....	437	531
Títulos de Renda Fixa - Privados.....	4	4
Títulos de Renda Fixa - Públicos.....	49	58
Convênio DPVAT.....	2.086	2.329
Outras Receitas (Despesas) Financeiras.....	61	126
Despesas Financeiras	(2.159)	(2.377)
Atualização Monetária sobre Provisões Técnicas - Seguros	(2.086)	(2.329)
Outras Despesas Financeiras.....	(73)	(48)

16. CONCILIAÇÃO DO IMPOSTO DE RENDA E DA CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

O imposto de renda (IRPJ) e a contribuição social (CSLL), calculados com base nas alíquotas oficiais vigentes, estão reconciliados com os valores contabilizados como despesas de Imposto de Renda e de Contribuição Social, como se segue:

	2012		2011	
	IRPJ	CSLL	IRPJ	CSLL
Resultado antes dos Impostos e Participações.....	955	955	1.183	1.183
Participação nos Lucros.....	-	-	(7)	(7)
Resultado antes dos Impostos	955	955	1.176	1.176
Adições	458	458	175	175
Doações e Patrocínios Indedutíveis..	-	-	6	6
Outras Provisões.....	195	195	-	-
Tributos e Contribuições com Exigibilidade Suspensa.....	263	263	169	169
Exclusões	(178)	(178)	(33)	(33)
Tributos e Contribuições em Quest. Judicial.....	(174)	(174)	(30)	(30)
Dividendos Recebidos.....	(4)	(4)	(3)	(3)
Resultado Ajustado	1.235	1.235	1.318	1.318
Alíquotas Oficiais.....	15%+10%	15%	15%+10%	15%
Despesas com IRPJ/CSLL.....	(285)	(185)	(305)	(198)
Incentivos Fiscais.....	6	-	6	-
Constituição (Reversão) de Créditos Tributários.....	36	9	33	19
Provisão para Riscos sobre Créditos Atualização Monetária.....	(36)	(9)	(33)	(19)
Processo Judicial.....	-	(26)	-	(20)
Despesas com IRPJ/CSLL	(279)	(211)	(299)	(218)
Alíquota Efetiva - Resultado Antes dos Impostos.....	29,2%	22,1%	25,43%	18,54%

17. COMITÊ DE AUDITORIA

Em atendimento à Resolução CNSP nº118/04, alterada pela Resolução CNSP nº193/08, a Companhia aderiu ao Comitê de Auditoria único instituído pelo grupo Icatu Seguros, por intermédio da instituição Líder Icatu Seguros S.A.. O resumo do relatório do referido comitê será divulgado em conjunto com as demonstrações financeiras de 31/12/2012 da Icatu Seguros S.A. em 26/02/2013.

DIRETORIA

Diretor Presidente: **Maria do Carmo Nabuco de Almeida Braga**

Diretores: **José Fiel Faria Loureiro; Luciano Snel Corrêa; Mário José Gonzaga Petrelli**

Contador: **Carlos Alberto dos Santos Corrêa - CRC-RJ nº 52.009/O-5**

Atuário: **Luciana da Silva Bastos - MIBA nº 1064**

PARECER ATUARIAL

Aos Senhores Diretores e Acionistas da Vanguarda Companhia de Seguros Gerais. De acordo com o disposto na Resolução CNSP nº 162, de 26/12/2006, e alterações posteriores, e com base na Circular SUSEP nº 272, de 22/10/2004, realizamos a Avaliação Atuarial da carteira de previdência complementar aberta da Vanguarda Companhia de Seguros Gerais, no período de 01/01/2012 a 31/12/2012. A análise demonstrou a capacidade da Seguradora honrar a totalidade dos compromissos financeiros que terá com o pagamento de benefícios já ocorridos e que ainda vão ocorrer e com a manutenção dos custos administrativos de todos os contratos de previdência que estavam em vigor em 31/12/2012. Verificou-se a necessidade de constituição da Provisão de Insuficiência de Contribuições. Os resultados encontrados demonstram que as provisões técnicas consignadas

no Balanço Patrimonial de data base 31/12/2012 da Vanguarda Companhia de Seguros Gerais estão adequadas à realidade da Seguradora e foram calculadas de acordo com as metodologias constantes das Notas Técnicas Atuariais encaminhadas e aprovadas pela SUSEP - Superintendência de Seguros Privados, não havendo necessidade de adequação ou ajustes de valores e nenhuma situação relevante que comprometa a sua solvência atuarial.

Luciana da Silva Bastos
Superintendente Atuarial - MIBA nº 1.064

Rio de Janeiro, 21/02/2013.

Vanguarda Companhia de Seguros Gerais
Alexandre Petrone Vilardi - Luciano Snel Corrêa

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Administradores e Acionistas da Vanguarda Companhia de Seguros Gerais. Rio de Janeiro - RJ
Examinamos as demonstrações financeiras da Vanguarda Companhia de Seguros Gerais ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro 2012 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas. **Responsabilidade da administração sobre as demonstrações financeiras:** A Administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às entidades supervisionadas pela Superintendência de Seguros Privados - SUSEP e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. **Responsabilidade dos auditores independentes:** Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante. Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor,

incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras da Companhia para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Companhia. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Opinião:** Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Vanguarda Companhia de Seguros Gerais em 31 de dezembro 2012, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às entidades supervisionadas pela Superintendência de Seguros Privados - SUSEP.

Rio de Janeiro, 26 de fevereiro de 2013

KPMG Auditores Independentes
CRC SP-014428/O-6 F-RJ

Carlos Eduardo Munhoz
Contador CRC 1SP138600/O-7

Marcelo Nogueira de Andrade
Contador CRC RJ-086312/O-6